

Morrer por ser gay: o mapa-múndi da homofobia

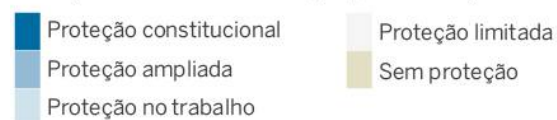
Onze países ainda punem com a morte as relações homossexuais. Um em cada três países condena a homossexualidade. Mais de 50% dos LGBT dizem ter sofrido alguma violência desde as eleições no Brasil

[\(El País, 22/03/2019 - acesse no site de origem\)](#)

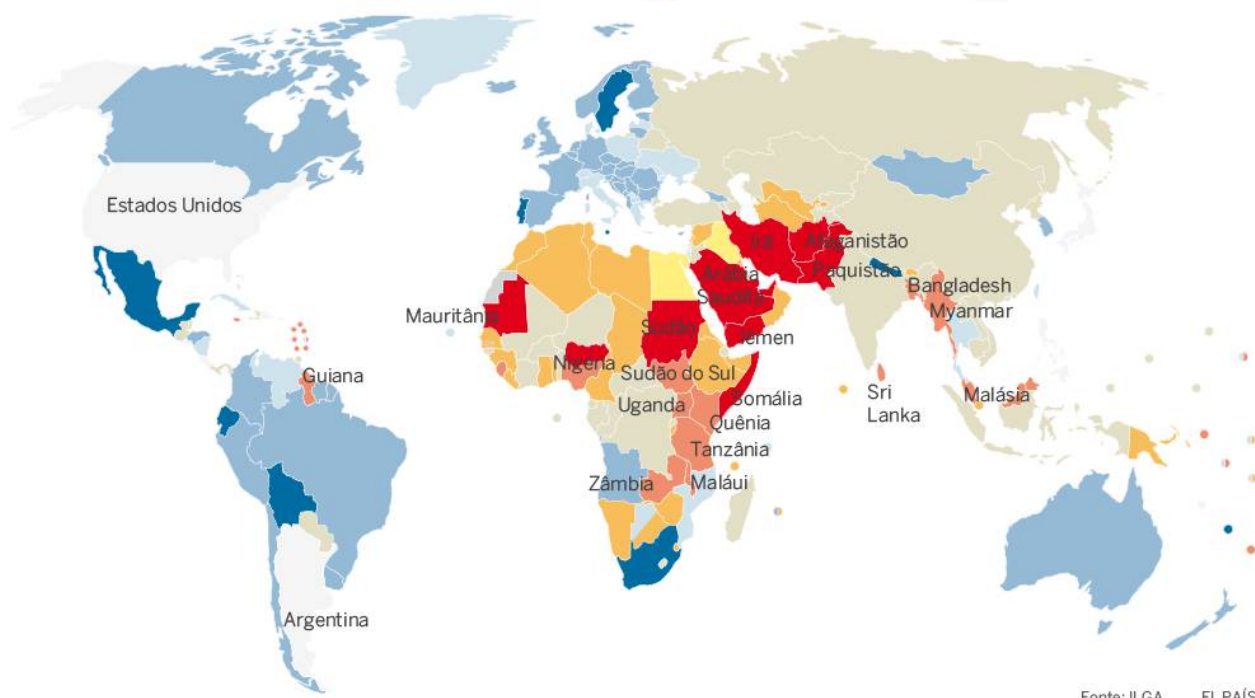
Existe um mapa-múndi que se divide basicamente em duas cores. Um engloba 70 países, onde ser gay ou lésbica é ilegal, e que pode ser punido com a morte. Outro inclui as 123 nações onde ter relações sexuais com pessoas do mesmo sexo não sofre punição. A maior associação mundial de defesa do coletivo LGTBI expõe regularmente este quadro mostrando que, ao mesmo tempo em que diminuem os lugares onde pessoas são [perseguidas por sua orientação sexual](#), surgem novas ameaças como a chegada ao poder de líderes homofóbicos.

LEIS SOBRE ORIENTAÇÃO SEXUAL NO MUNDO

Proteção contra a discriminação por orientação sexual



Criminalização de atos sexuais consentidos entre adultos do mesmo sexo



No relatório [Homofobia Patrocinada pelo Estado 2019](#), elaborado pela Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (ILGA) e divulgado nesta semana, foram excluídos do atlas da infâmia a Índia, Trinidad e Tobago e Angola desde a última revisão, em 2017. Austrália, Malta, Alemanha e Áustria aderiram ao casamento igualitário, totalizando agora 26 países no pódio da igualdade de direitos. A organização também destaca, como símbolo de maior proteção, que nove países incluíram em sua constituição a menção explícita de que a orientação sexual não deve ser motivo de discriminação. Entre eles estão Portugal, Equador, Bolívia e África do Sul, uma ilha de igualdade no panorama africano.

O extenso estudo da ILGA, de mais de 500 páginas, revisa a legislação em todos os países membros da ONU. A 17ª edição foi apresentada durante a reunião anual da federação, na Nova Zelândia. O levantamento foi coordenado pelo advogado argentino Lucas Ramón Mendos.

O perigo de morrer por [manter relações homossexuais](#) não diminuiu em relação ao relatório mais recente. Seis países punem a homossexualidade

com a pena de morte: Arábia Saudita, Irã, Iêmen, Sudão, Nigéria e Somália. Além disso, um homossexual pode ser condenado à morte na Mauritânia, nos Emirados Árabes Unidos, no Catar, no Paquistão e no Afeganistão. O relatório destaca que, embora o Iraque tenha desaparecido da lista devido à “eliminação do Estado Islâmico, continua a ser um país que criminaliza *de facto*, porque persegue os homossexuais utilizando leis de atentado ao pudor, prostituição e outras”.

Em outros 26 países, a sentença máxima para esses atos varia entre 10 anos de prisão e prisão perpétua. Em 31 deles, a homossexualidade é punível com até oito anos de prisão. Em resumo, em um em cada três países (35%) é perigoso revelar ser membro da comunidade LGTBI. Em 68 países, observa o estudo, “há leis que proíbem explicitamente atos sexuais consensuais entre pessoas do mesmo sexo, e outros dois os criminalizam *de facto*”. Além disso, as jurisdições que não pertencem aos estados membros da ONU também punem as relações homossexuais, como Gaza, Ilhas Cook e certas províncias da Indonésia”.

Morte e prisão são casos extremos de violência que, da cúpula do poder, são infligidos com leis. Pelo menos 32 países, enfatiza o relatório, promoveram medidas para limitar a liberdade de expressão (incluindo leis de propaganda que proíbem a promoção da homossexualidade ou relações sexuais “não tradicionais”). Em 41 países, as organizações LGTBI enfrentam obstáculos para serem legalizadas ou atuarem, “o que aumenta o perigo ao qual os ativistas estão expostos”.

A situação da Chechênia é descrita como “crítica” e reflete as torturas e perseguições das autoridades contra gays e lésbicas. Em janeiro passado, ativistas relataram que duas pessoas haviam morrido e outras 40 estavam detidas. Retrocessos e ameaças também fazem parte do panorama traçado pelo relatório.

Embora mais lento do que o desejado, também há progresso, avalia a ILGA. Talvez o mais evidente, como destacado na edição deste ano, seja que a Índia, um país de grande importância e influência, tenha abolido uma lei vitoriana que proibia as relações homossexuais, puníveis com uma pena máxima de prisão perpétua. Essa medida reduziu drasticamente o número de

peças submetidas às leis homofóbicas, o equivalente a 27% da população mundial. Desde setembro de 2018, 1,3 bilhão de cidadãos indianos já não fazem parte desse grupo.

Vinte e seis países reconhecem o casamento entre pessoas do mesmo sexo; 27 regulamentaram as uniões civis; e 72 nações têm leis que protegem gays e lésbicas contra a discriminação no trabalho. Trinta e nove países têm normas que punem o incitamento ao ódio, a discriminação e a violência contra uma pessoa por causa da orientação sexual, e 28 permitem que gays e lésbicas tenham acesso à adoção.